



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO - CAV/DIREX/PF

TIC - Estudo Técnico Preliminar da Contratação ETP

Processo nº 08211.005435/2020-29

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do Processo: 08211.005435/2020/29

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O Treinamento em Artigos Perigosos e Produtos Controlados Embarcados é previsto em legislação internacional da OACI (Organização da Aviação Civil Internacional), da qual o Brasil é signatário, bem como em legislação específica da ANAC.

2.2. Em função da peculiaridade das operações aéreas realizadas pela CAOP, existe uma vasta demanda para a realização de transporte de produtos que são considerados "artigos perigosos" ou "produtos controlados" pela aviação. Tais produtos necessitam de tratamentos especiais quando transportados por meio aéreo, em função do risco que apresentam nessa atividade.

2.3. O RBAC 90 é a legislação que regula as operações especiais de órgãos de administração pública, e dispõe sobre regras para atividades relacionadas às operações aéreas especiais dos órgãos de polícia e segurança pública, defesa civil, fiscalização e congêneres.

2.4. Dentre as regras descritas para procedimentos específicos no regulamento supracitado, a SUBPARTE S trata exclusivamente de "ARTIGOS PERIGOSOS E PRODUTOS CONTROLADOS EMBARCADOS".

2.5. O item **90.281 - Requisitos gerais para transporte de artigos perigosos ou produtos controlados**, (a) prevê que "O transporte de artigos perigosos ou produtos controlados realizados nas operações especiais de aviação pública somente poderá ser conduzido sob condições excepcionais, conforme estabelecido na seção 90.283 deste Regulamento, ou submetendo-se ao estabelecido no RBAC nº 175."

2.6. Dentre várias medidas que devem ser adotadas, o item **90.285 Treinamento em artigos perigosos** estabelece que o treinamento deve ser previsto de acordo com a estrutura e complexidade das operações da Unidade Aérea Policial. Destaca-se que no âmbito da Polícia Federal, em virtude da peculiaridade das operações, diversas Unidades, tais como COT, GBE, GPI, dentre outras, requerem o transporte de artigos perigosos ou produtos controlados. Importante ressaltar também que cada tipo de aeronave requer um tratamento específico com relação aos materiais a serem transportados.

2.7. Atualmente, a Polícia Federal não conta com instrutores credenciados para ministrar o referido curso. Ademais, apesar de contar com grupamento extremamente especializado no manuseio de alguns dos artigos perigosos, ainda assim não possui corpo técnico que detenha o conhecimento necessário que abranja as duas áreas de atuação (artigos perigosos ou produtos controlados aeroembarcados), ou seja, o conhecimento sobre os efeitos provocados pelo transporte de cada tipo de artigo perigoso ou produto controlado de acordo com a aeronave, sejam de asa fixa, pressurizadas ou

não, ou aeronaves de asa rotativa.

2.8. As ocorrências relacionadas à referida atividade podem ser: incidentes com os artigos perigosos embarcados, incidentes com a aeronave que transporta artigo perigoso, ou até mesmo acidente aeronáutico ou outras ocorrências vinculadas. O estabelecimento de ações a serem tomadas pela tripulação visa minimizar os riscos envolvidos, aumentando, assim, o nível de segurança operacional.

2.9. O conhecimento simultâneo dessas duas áreas de atuação é indispensável na atividade aérea para aqueles envolvidos nesse tipo de transporte. A atividade de transporte de artigos perigosos ou produtos controlados em aeronaves perpassa por diversas etapas, sejam elas de separação do material, preparação, embalagem, classificação, embarque com adequada alocação, desembarque, ou qualquer outro manuseio que venha a ocorrer durante todo o trajeto.

2.10. Torna-se, portanto, imprescindível capacitar os servidores que venham a realizar qualquer atividade que envolva o transporte de artigos perigosos, sejam esses pilotos, operadores ou tripulantes operacionais, bem como pessoal envolvido com embalagem, classificação, carregamento e transporte.

2.11. Importante lembrar que muitos dos requisitos exigidos pela ANAC para o transporte de artigos perigosos embarcados advém de legislação internacional. O assunto é de extensão e complexidade consideráveis, visto que algumas ocorrências envolvendo artigos perigosos em aeronaves podem trazer consequências indesejáveis e até mesmo catastróficas.

2.12. Em virtude dos riscos envolvidos no transporte aéreo de artigos perigosos e produtos controlados, para atendimento aos requisitos previstos em legislação já previamente citados, torna-se de fundamental importância que tanto a tripulação quanto os envolvidos no transporte sejam treinados e obtenham o conhecimento necessário para tal.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

Área Requisitante	Responsável
CAV/DIREX/PF	JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A CONTRATADA deverá:

- Estar com o curso homologado e instrutores credenciados junto à ANAC;
- Cumprir o programa previsto em legislação para o Treinamento de Artigos Perigosos e Produtos Controlados Embarcados Categoria 6 (40h);
- Emitir Certificado reconhecido pela ANAC.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Para a concepção de uma solução que atenda à necessidade deste **Comando de Aviação Operacional**, foram realizadas consultas junto a empresas especializadas no ramo de aviação civil, dentre todas aquelas cadastradas na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para realização de Pregão Eletrônico.

5.2. O resultado da pesquisa foi compilado no Mapa Comparativo de Preços e comprovada a vantagem da contratação em relação aos preços de mercado.

6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. Trata-se de contratação de empresa credenciada para ministrar o Treinamento em Artigos

Perigosos e Produtos Controlados Embarcados - Categoria 6.

6.2. O treinamento deve atender às legislações aeronáuticas vigentes preconizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), as quais obedecem também legislações internacionais estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), organização da qual o Brasil é signatário.

6.3. O treinamento a ser realizado será dividido em turmas de no máximo 25 (vinte e cinco) alunos, a serem distribuídos em 04 (quatro) turmas ou mais, conforme disponibilidade.

6.4. O treinamento será ministrado para servidores CAOP, COT, e GBE, sendo previsto 70 (setenta) vagas para a CAOP, 20 (vinte) vagas para o COT e (10) vagas para o GBE, podendo haver variações a depender da necessidade do órgão.

6.5. Caso as vagas não sejam completadas por alguma das unidades, poderão ser remanejadas a fim de proporcionar um maior aproveitamento do treinamento, desde que acordado entre as partes previamente.

6.6. O treinamento será realizado, a princípio, na modalidade presencial, e deve atender às orientações do RBAC 90 e RBAC 175, quando aplicável, bem como ao currículo sugerido pela ANAC na IS nº 172-002 Revisão F ou outra que a venha substituir, para a "Categoria 6", no qual são previstas 40 horas.

6.7. O treinamento tem como objetivo identificar as regras aplicáveis ao transporte de artigos perigosos, compreender o gerenciamento de risco relativo à operação com cargas classificadas como perigosas, bem como reconhecer as limitações e critérios de segurança quanto à quantidade a ser transportada.

6.8. O treinamento visa, além de atender as legislações vigentes, a correta capacitação dos envolvidos no transporte de artigos perigosos e produtos controlados embarcados, proporcionando assim uma maior consciência situacional, a mitigação dos riscos na atividade e um aumento da segurança operacional.

6.9. A validade do certificado emitido pela contratada é regido por regulamento específico da ANAC.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. No intuito de capacitar não apenas os tripulantes das aeronaves, como também aqueles envolvidos no manuseio, embalagem, classificação, ou acompanhamento do transporte de artigos perigosos, estima-se 100 (cem) vagas no treinamento, incluindo CAOP, COT e GBE.

7.2. A ANAC orienta que, devido a complexidade do curso, sejam ofertadas apenas 25 vagas por turma, sendo necessário, dessa forma, realizar no mínimo 04 (quatro) treinamentos em períodos diferentes.

7.3. O objeto tem a natureza de serviço comum de caráter não continuado, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (UNIDADE)	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO POR ALUNO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Treinamento DGR - Artigos Perigosos e Produtos Controlados Embarcados - Categoria 6 - com 40 horas	100	1.182,44	118.244,00

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Considerando valores de mercado estipulados durante a formalização deste processo, o custo do treinamento unitário é estimado em R\$ 1.182,44, com a previsão de 100 (cem) vagas, conclui-se o valor total da contratação em **R\$ 118.244,00 (cento e dezoito mil duzentos e quarenta e quatro reais)**.

8.2.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Não haverá parcelamento da contratação.

9.2. Trata-se de Treinamento de Artigos Perigosos e Produtos Controlados Embarcados, a ser realizado como serviço comum, no intuito de atender às legislações vigentes e aumentar o nível de segurança operacional

9.3. Não há necessidade de parcelamento do objeto da licitação, já que sua realização por uma única empresa credenciada busca agilidade e economicidade.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Conforme buscas realizadas nos sites possíveis de pesquisas, não houve retorno de contratações semelhantes conforme especificado no mapa de preços.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. Consta no PGC (Plano Geral de Compras) consolidado de 2021, como número 2446, Curso de Transporte de Artigos Perigosos e Produtos Controlados Embarcados, conforme consulta ao SIASG.

11.2. O Treinamento de Artigos Perigosos e Produtos Controlados Embarcados para pessoal envolvido com transporte aéreo decorre de Legislação Internacional da OACI, do qual o Brasil é signatário. A contratação de organização credenciada especializada em ministrar o treinamento visa o atendimento às exigências previstas nos seguintes regulamentos:

11.2.1. Anexo 6 à Convenção sobre Aviação Civil Internacional;

11.2.2. Anexo 18 à Convenção sobre Aviação Civil Internacional: Transporte Seguro de Artigos Perigosos por Via Aérea;

11.2.3. DOC 9284 da OACI - Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Artigos Perigosos por via Aérea;

11.2.4. Suplemento ao DOC 9284 da OACI: Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Artigos Perigosos por Via Aérea;

11.2.5. Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 90

11.2.6. Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 175

11.2.7. Instrução Suplementar nº 175-002 revisão F da ANAC

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. O objetivo da presente contratação, além de atender às legislações vigentes para o transporte de artigos perigosos e produtos controlados embarcados, é também capacitar pilotos, tripulantes operacionais, ou todos aqueles envolvidos no referido transporte, no intuito de elevar a consciência situacional e mitigar os riscos envolvidos nessa atividade, e também proporcionar aumento na segurança operacional nas atividades aéreas da Polícia Federal.

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

13.1. Aos alunos será disponibilizado o tempo necessário para a conclusão do treinamento.

14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO**

14.1. Não aplicável. Trata-se apenas de realização de treinamento.

15. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Tendo em vista todo o conteúdo já apresentado e justificado neste estudo preliminar, a contratação de empresa especializada para ministrar o Treinamento de Artigos Perigosos e Produtos Controlados Embarcados mostra-se **VIÁVEL** ao objeto em estudo.

15.2. O objeto desse Estudo Técnico Preliminar não se enquadra na tipificação do artigo 23, seção II, Capítulo IV da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Integrante Requisitante
O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas. Os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos compatíveis com a atividade desempenhada pela Unidade, e os riscos envolvidos são administráveis.
JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC Delegado de Polícia Federal Integrante Requisitante

Integrante Técnico
O presente planejamento foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e do objeto das contratações pretendidas. No mais, atende adequadamente às demandas formuladas. Os benefícios pretendidos são adequados, e os custos previstos são compatíveis com a atividade desempenhada pelo CAOP/DIREX/PF . Os riscos envolvidos são administráveis, porém, <u>constatou-se que a não contratação das ações demandadas são causa de grande impacto à Unidade (prejuízos administrativos, operacionais, e financeiros)</u> , motivo pelo qual a área requisitante recomenda o prosseguimento do feito.
ALINE PICOLLI PORTELA Integrante Técnico

Integrante Administrativo

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e necessários à execução da atividade da unidade requisitante. Os riscos envolvidos são administráveis, pelo que recomendamos o prosseguimento do feito.

LEONARDO TEIXEIRA FABRIS
Integrante Administrativo

Autoridade Competente

Aprovo o presente estudo técnico, por contemplar todos os requisitos administrativos legais para a continuidade da instrução do processo de contratação dos serviços pretendidos. A opção pela modalidade licitatória encontra amparo legal, bem como satisfaz princípios de boas práticas de gestão.

ANDRE VIANA ANDRADE
Delegado de Polícia Federal
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **ALINE PICOLLI PORTELA, Agente de Polícia Federal**, em 03/01/2022, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO TEIXEIRA FABRIS, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 17/01/2022, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC, Coordenador(a)**, em 18/01/2022, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE VIANA ANDRADE, Diretor(a)**, em 24/01/2022, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21496242** e o código CRC **FCD252B0**.